

## REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO: O CURRÍCULO EM AÇÃO NAS CRECHES

---

Ana Luisa Nogueira de Amorim<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Iniciamos este texto com a seguinte questão: pensar em currículo para a Educação Infantil é possível?

Tal questão se faz necessária, pois a articulação entre currículo e Educação Infantil não tem sido um tema amplamente discutido e aceito, não havendo consenso sobre a questão, nem no campo do currículo, nem na área da Educação Infantil. Assim, é nessa lacuna que se insere o questionamento.

Abordar e responder essa questão exige repensar a concepção de currículo que se tem e ter clareza quanto à especificidade da Educação Infantil. Para tanto, entendemos que é preciso superar a visão neutra e prescritiva do currículo, pois esta concepção tradicional é inadequada tanto para as escolas como para as instituições de Educação Infantil.

Por isso, assumimos uma concepção ampla de currículo que o compreende como uma produção social e cultural que organiza os conhecimentos, os conteúdos e as experiências a serem vivenciadas pelos indivíduos em formação (AMORIM, 2011). E no que diz respeito à especificidade da educação infantil, compreendemos a Educação Infantil como direito das crianças (DIAS, 2005; KRAMER, 2003, 2005; OLIVEIRA, 2005), tomando por base uma concepção de infância que concebe as crianças como atores sociais e produtoras de cultura (DIAS, 2005; COHN, 2005; SARMENTO, 2007; 2008), considerando-as em suas singularidades.

Tal concepção entende que as crianças são a um só tempo frágeis, vulneráveis e dependentes, mas também potencialmente capazes. São seres globais e indivisíveis que precisam ser educadas e cuidadas de maneira indissociável (ARCE; SILVA, 2009; DIAS, 2005; BARBOSA, 2008; 2010; BARBOSA; RICHTER, 2009).

Assim, pensar e organizar um currículo para a Educação Infantil é uma questão de garantir o direito das crianças de terem acesso a experiências que proporcionem a elas

---

<sup>1</sup> Professora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre a Criança (GRUPEC/UFPB).

desenvolverem-se de forma plena e integral. Por isso, entendemos que as propostas curriculares precisam ser organizadas em cada instituição de Educação Infantil.

### **Políticas Nacionais para Educação Infantil e Currículo**

Para discutir a construção do currículo no âmbito das instituições educativas, analisamos alguns estudos referentes à construção de propostas para a Educação Infantil, tomando por base o trabalho de Sobral e Lopes (2009), o documento “Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise” (1996a) e o livro de Oliveira (2005), com vistas a identificar que perspectivas defendem para a elaboração curricular.

Também analisamos as políticas nacionais para a Educação Infantil a partir da leitura de documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) entre os anos de 1990 e 2010, tendo como objetivo principal discutir o lugar que o currículo ocupa nas políticas educacionais e nas políticas curriculares brasileiras.

A análise foi realizada a partir do agrupamento dos documentos em quatro temáticas: “As políticas nacionais para a Educação Infantil”, “Os documentos curriculares”, “As políticas de formação” e “Os parâmetros de qualidade”.

No recorte para este texto, tomamos como referência os seguintes documentos: “Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação” (2005); “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI” (1999); “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI” (1999; 2009); “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” (2006) e “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil” (2009) que reafirmam a importância e a necessidade das instituições terem suas propostas pedagógicas/curriculares, elaboradas coletivamente e que atendam às especificidades das crianças, aos anseios da comunidade e às possibilidades da instituição.

Além dos documentos produzidos pelo MEC, outros documentos nacionais subsidiaram as análises das políticas, dentre eles podemos citar a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Plano Nacional de Educação (2001-2010), os documentos da Conferência Nacional de Educação – CONAE (2010a), e o Projeto de Lei – PNE (2011-2020).

Como o estudo faz um recorte para a faixa etária de 0 a 3 anos de idade, no que diz respeito à elaboração de propostas curriculares voltadas para esta faixa etária, analisamos as

contribuições de Arce e Baldan (2009), Arce e Silva (2009), Barbosa (2010, 2008), Barbosa e Richter (2009) e Ostetto (2007).

A partir dessas contribuições teóricas e das análises dos documentos oficiais verificamos que as orientações sobre currículo para a Educação Infantil apontam para uma organização do currículo por áreas de conhecimento (BARBOSA; RICHTER, 2009; SOBRAL; LOPES, 2009). Entretanto, esta organização curricular se mostra inadequada para a Educação Infantil e mais especificamente para a faixa etária de 0 a 3 anos, considerando que “os bebês, porque ainda não podem deslocar-se com autonomia, não falam a ‘nossa língua’, não permanecem imóveis e quietos para ouvirem lições, interrogam a escola e o currículo, exigindo a abertura à outras possibilidades de planejar, organizar e avaliar o cotidiano da creche” (BARBOSA; RICHTER, 2009, p. 04).

Assim, o currículo para a Educação Infantil precisa contemplar não apenas as áreas de conhecimento, mas, principalmente, atentar para ações de educação e cuidado capazes de proporcionar o desenvolvimento integral das crianças, considerando os aspectos físico, mental, cognitivo, emocional e afetivo.

Decorre daí a orientação de que é preciso organizar um percurso formativo para as crianças, e a construção de um contexto de aprendizagem e de uma rotina que considere: as relações interpessoais; as diferentes linguagens; as brincadeiras; a preocupação com os diálogos corporais e orais; bem como o olhar, o sorriso, o abraço, o ritmo e o balanço corporal (ARCE; BALDAN, 2009; ARCE; SILVA, 2009; BARBOSA, 2008; 2010; BARBOSA; RICHTER, 2009; OSTETTO, 2007).

### **Alguns achados da pesquisa**

Conforme afirmamos, neste texto apresentamos alguns achados da pesquisa desenvolvida em nossa tese de doutorado que teve como objetivo principal compreender se e como as políticas nacionais de Educação Infantil e de currículo foram (re)interpretadas e transformadas em políticas e práticas locais a partir da análise do currículo em ação observado em creches públicas de um município paraibano (AMORIM, 2011).

O estudo se pautou em uma abordagem qualitativa que permitiu analisar melhor e em maior profundidade os múltiplos aspectos das questões pesquisadas (BOGDAN; BIKLEN, 1994). E contemplou três fases: a análise de documentos nacionais e locais, a observação dos momentos de planejamento e a observação do currículo em ação nas creches.

O currículo em ação foi estudado a partir da observação realizada no berçário de quatro creches públicas de um município da grande João Pessoa. E os dados empíricos foram registrados em Diário de Campo da Pesquisa que, posteriormente, foi analisado a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

Neste texto, apresentamos alguns achados da pesquisa, na interface entre a discussão teórica, a análise da Proposta Curricular para a Educação Infantil (PCEI, 2007) do município e o currículo em ação observado no berçário das creches.

Ao analisarmos os momentos de Planejamento com as professoras de Educação Infantil, dois pontos nos chamaram atenção: primeiro, o Planejamento era para professoras, as Auxiliares de Sala não participaram deste planejamento; segundo, o planejamento era organizado por projetos de trabalho que tomavam como referência as datas comemorativas do mês em curso.

No que diz respeito à participação apenas das professoras no planejamento, isso ocorreu em função da diferente destinação das profissionais para assumir turmas de berçário (06 meses a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos). No contexto do município pesquisado, as turmas de berçário ficavam sob a responsabilidade de Auxiliares de Sala que, em sua maioria, não possuíam formação docente. As professoras, com formação mínima em nível médio modalidade Normal, eram destinadas, apenas, para as turmas de pré-escola. Isso explica o fato de que apenas as professoras de pré-escola participavam do Planejamento Mensal realizado pela Divisão de Educação Infantil (DEI) da Secretaria Municipal de Educação (SME).

No que se refere à organização do planejamento, podemos afirmar que a proposta de organização por projetos de trabalho que tomavam como referência as datas comemorativas encontrava-se em desacordo com o que estava posto na Proposta Curricular para a Educação Infantil (PCEI, 2007) do município que propõe a organização curricular por áreas de conhecimento.

Com base na análise dos documentos e da observação dos momentos de Planejamento, analisamos os dados da observação do currículo em ação no berçário das creches. Para nós, o currículo em ação é o currículo vivido ou praticado no cotidiano das instituições educacionais como resultado das ações pedagógicas desenvolvidas pelas educadoras e as crianças. Entendendo que essas ações são históricas, sociais e culturais e, portanto, sofrem influências das políticas nacionais e locais.

A análise do currículo em ação nas creches partiu do pressuposto de que as crianças e as educadoras envolvidas naquele contexto são sujeitos históricos que precisam ser

percebidos e entendidos em suas especificidades. E que as instituições de Educação Infantil são espaços socioculturais nos quais se produzem e se reproduzem culturas (COHN, 2005; SARMENTO, 2008; 2007; SARMENTO; GOUVEA, 2008; VASCONCELLOS; SARMENTO, 2007).

A análise buscou refletir sobre o que ocorria nas salas de berçário, analisando como as educadoras e as crianças construía e davam significado às atividades praticadas, considerando que no espaço da creche as crianças precisam aprender as regras do convívio social, aprendendo a dividir o espaço, a atenção dos adultos, os brinquedos e outros objetos com outras crianças; e interagir com os outros indivíduos de forma dialogada.

Analisando o currículo em ação pudemos verificar os descompassos entre as Propostas (teóricas, nacionais e local) e a prática uma vez que ao observarmos o currículo em ação, praticado com as crianças no berçário das quatro instituições, constatamos que o currículo estava voltado, prioritariamente, para o atendimento das necessidades básicas das crianças. Assim, o currículo em ação girava em torno de ações de guarda, higiene, alimentação e sono das crianças.

Na prática, o que verificamos foi a falta de momentos que propiciassem o diálogo e a interação crianças-crianças e adultos-crianças, constatando que o currículo em ação estava embasado no espontaneísmo das ações. Isso ficou evidente na falta de planejamento e sistematização das ações educativas realizadas com as crianças no berçário.

Diante dos dados empíricos analisados, podemos afirmar que o que predominou nos momentos de interação adultos-crianças foram as interações disciplinares baseadas em ordens, reclamações e negociações de conflitos. Poucos foram os momentos de interações mais espontâneas e, menos ainda, os momentos de conversas e diálogos. Indicando que as ações comunicativas entre as educadoras e as crianças foram marcadas por um viés disciplinador e de controle (GUIMARÃES, 2008). Daí afirmamos que os momentos de atividades que proporcionassem o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e o desenvolvimento global dessas crianças foram praticamente inexistentes.

Assim, ao analisarmos o entrelaçamento entre a Proposta Curricular para a Educação Infantil (PCEI, 2007) e o currículo em ação nas salas de berçário das creches, concluímos que há um descompasso entre o que propõe a Proposta e o currículo em ação nas creches, o que indica que o currículo observado nessas instituições, não se articula ao que está proposto nas políticas nacionais e, nem mesmo, nas políticas e na Proposta locais.

Voltando a nossa questão inicial, podemos afirmar que pensar em currículo para a educação infantil não só é possível, mas é necessário para que possamos garantir que as

crianças tenham acesso a uma educação infantil de boa qualidade. E, portanto, a um currículo que considera a especificidade da ação educativa necessária às crianças pequenas.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. Sobre educar na creche: é possível pensar em currículo para crianças de 0 a 3 anos? Tese. (Doutorado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

ARCE, Alessandra; BALDAN, Merilin. A criança menor de três anos produz cultura? criação e reprodução em debate na apropriação da cultura por crianças pequenas. In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Ligia M. (Orgs.). Ensinando aos pequenos de zero a três anos. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

ARCE, Alessandra; SILVA, Janaina Cassiano. É possível ensinar no berçário? O ensino como eixo articulador do trabalho com bebês (6 meses a 1 ano de idade). In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Ligia M. (Orgs.). Ensinando aos pequenos de zero a três anos. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. A prática pedagógica no berçário. In: Anais do Seminário Nacional de Educação Infantil. XXIII Encontro Nacional do MIEIB, 2008.

\_\_\_\_\_. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. In: BRASIL. Ministério da Educação. Consulta pública sobre orientações curriculares nacionais da educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEB/COEDI, 2010.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. In: Anais do 17º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORBA, Ângela Meyer. O brincar como um de ser e estar no mundo. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994. (Coleção ciências da educação)

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.172/2001. Plano nacional de educação. Brasília, DF: Diário Oficial, 09 jan 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1996a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil – vol. 1, 2 e 3. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação – Documento Final. Brasília, DF: MEC/CONAE, 2010a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Projeto de Lei - PNE. Aprova o plano nacional de educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2010b.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 05 out 1988.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.069/1990. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 16 jul 1990.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial 23 dez 1996b.

COHN, Clarice. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

DIAS, Adelaide Alves. Direito e obrigatoriedade na educação infantil. In: DIAS, Adelaide Alves; Sousa Junior, Luiz. Políticas públicas e práticas educativas. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

GUIMARÃES, Daniela de Oliveira. Relações entre crianças e adultos no berçário de uma creche pública na cidade do Rio de Janeiro: técnicas corporais, responsividade, cuidado. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

KRAMER, Sônia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Biblioteca da Educação – Série 1 – Escola; v. 3)

\_\_\_\_\_. (Org.) Profissionais da educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

KUHLMANN JR., Moysés. Educação infantil e currículo. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira. Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção polêmicas de nosso tempos; 62)

\_\_\_\_\_. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre, RS: Mediação, 1998.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. In: Currículo sem fronteiras, v.6, n.2, pp. 98-113, jul/dez 2006.

MACHADO, Maria Lúcia de A. (org.). Encontros e desencontros em educação infantil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. A crise da teoria curricular crítica. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p.11-36.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 7-37.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação)

OSTETTO, Luciana Esmeralda (org). Encontros e encantamentos na educação infantil. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

SANTA RITA. Prefeitura Municipal de Santa Rita/PB. Proposta curricular municipal da educação infantil. Santa Rita, PB: PM/SME, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 17-39. (Coleção Ciências sociais da educação)

\_\_\_\_\_. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO; Manuel Jacinto (orgs.). Infância (in)visível. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2007. p. 25-49.

SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Apresentação: olhares sobre a infância e a criança. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 07-13. (Coleção Ciências sociais da educação)

SOBRAL, Elaine Luciana Silva; LOPES, Denise Maria de Carvalho. Conteúdos na/para educação infantil: definições e questões. In: Anais do Congresso Internacional da AFIRSE. V Colóquio Nacional. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2009.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO; Manuel Jacinto (orgs.). Infância (in)visível. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Obras Escogidas – Tomo II. Madrid: Visor Distribuciones S.A., 1993.

WALLON, Henri. As origens do caráter na criança. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.